www.cedefes.org.br

Boletim Cedefes

Junto aos Trabalhadores e Trabalhadoras do campo, Indígenas, Quilombolas e Povos Tradicionais

Cedefes

Boletim Institucional – Ano 3 – Número 7 – Abril a Junho 2020

LIVE INDÍGENA

Imagem: Primeira LIVE do Cedefes feita em período de pandemia, abordando a temática indígena. **Pag. 8**

Atuação do Conepir em tempos de pandemia **Pag.11**

Notas de Repúdio publicadas pelo Cedefes **Pag.12**

Projeto Quilombo Vivo **Pag.17**

APRESENTAÇÃO

Boletim Cedefes é um informativo institucional que tem por objetivo compartilhar as ações do Cedefes junto aos povos indígenas, quilombolas, trabalhadores e trabalhadoras do campo em Minas Gerais.

Visa permitir aos associados, parceiros, apoiadores, público alvo e usuário acompanhar mensalmente as atividades executadas pela instituição, tornando-se um importante canal de informação, comunicação e interlocução.

É uma publicação trimestral, virtual e disponibilizada gratuitamente no site do Cedefes: www.cedefes.org.br

A continuidade desse boletim só é possível devido apoio dos nossos parceiros da MZF – Missionszentrale der Franziskaner, que nos permitiu retomar a edição do Boletim Cedefes após um longo período de interrupção por falta de recurso financeiro. GRATIDÃO aos amigos da MZF!

A cada número nos esforçamos para melhorar e caprichar no visual do Boletim. Se tiver alguma sugestão de melhoria, mande recado pra gente no cedefes@cedefes.org.br

Boa leitura!

DIRETORIA CEDEFES

2020-2022

Presidenta: Leda Maria Benevello de Castro;
Tesoureira: Regina Campos;
Secretária: Luci Rodrigues Espeschit;

Suplentes Diretoria Cedefes:
1ª Maria Elisabete Gontijo dos Santos;
2ª Vanda Porto Tanajura.

Conselho Fiscal :
1) Amanda de Amorim Alves;
2) Marilda Quintino Magalhães;
3) Alberto Pelliccione Filho.

Suplente do Conselho Fiscal:
Maria Beatriz Gontijo dos Santos

Ricardo Ferreira Ribeiro*

A pandemia individualista e o racismo endêmico

O primeiro semestre, e, em especial, os últimos quatro meses têm sido marcados pela Pandemia da COVID-19, que mudou a vida da humanidade, em um fenômeno planetário, como poucos já vistos. É verdade que, para a grande maioria das pessoas, é apenas "uma gripizinha" e muitos vão contrair o Coronavírus sem sequer apresentar qualquer sintoma, mas, para os mais idosos, ou aqueles que têm sua saúde fragilizada e mesmo para alguns muito saudáveis, ela pode ser fatal. A Ciência não conseguiu explicar porque isso acontece e a pandemia, embora guardadas essas diferenças, paira como uma ameaça à vida de todos e a capacidade de resposta dos serviços de saúde.

O grande remédio para enfrentar tal crise é a solidariedade humana, convocada para se manifestar em pequenos gestos cotidianos, como manter o isolamento social e usar máscara. Nessas atitudes, não só nos protegemos, como também, cuidamos para que o vírus não circule e atinja outras pessoas, em particular, aquelas que são obrigadas ao trabalho presencial, que asseguram que os demais possam ficar em casa. Esses trabalhadores, em geral os de menor renda, se expõem ao risco diário em transportes públicos superlotados, porque os empresários do setor não aceitam a redução de seus lucros e as autoridades locais fazem "vista grossa".

Muitos desses trabalhadores têm outros agravos "estruturais" à sua saúde: ausência de saneamento básico, alimentação deficiente, moradias pequenas e superlotadas, condições de trabalho que favorecem a transmissão do Coronavírus e outras. As comunidades tradicionais enfrentam, muitas vezes, essas situações de forma mais aprofundada, em especial, pela distância aos serviços de saúde, onde a doença é tratada em UTIs. Entidades indígenas, quilombolas e outras têm se organizado e denunciado o descaso dos governos, que não reconhecem a especificidade das políticas de saúde para essas populações, bem como, têm recorrido à solidariedade de pessoas e organizações sociais de apoio, que, igualmente, têm se esforçado para ajudar também os setores mais pobres da nossa sociedade.

A pandemia, de um lado, tem impulsionado vários tipos dessas manifestações de solidariedade, mas, de outro, tem evidenciado o individualismo, que se propaga de forma virulenta. Muitos são os que reafirmam os seus direitos individuais sobre a lógica coletiva: a "minha liberdade de ir e vir", o "meu lazer e prazer" e, sobretudo, a "minha possibilidade de lucrar e ganhar dinheiro". Pessoas não se envergonham de, apesar dos insistentes pedidos das autoridades locais, dos profissionais de saúde e cientistas, não respeitarem as medidas básicas de prevenção, acreditando que estão imunes à doença, ou que, com os seus recursos financeiros, podem assegurar seu tratamento privilegiado.

Empresas demitem trabalhadores ao menor sinal de redução nos seus ganhos, ou não se preocupam em assegurar a eles condições sanitárias mínimas, bem como, se exaltam em exigir a volta da normalidade, mesmo que isso represente o caos dos serviços públicos de saúde. Sempre num cálculo político de "levar vantagem em tudo", autoridades municipais e estaduais não se entendem, tomando medidas contraditórias, que mais desnorteiam do que organizam o cotidiano das pessoas, que não sabem o que fazer. Alguns gestores tentam ainda superfaturar bens e serviços de saúde, em tradicionais práticas de corrupção, em meio às mortes, que crescem às dezenas de milhares. Nesse sentido, merece destaque a posição negacionista do Presidente da República, bem como de alguns outros chefes de estado mundo afora, que realizaram atitudes individuais de desafio à OMS e à Ciência.

O governo brasileiro não só abandonou a coordenação das políticas de enfrentamento da COVID-19, como propôs medidas tímidas e mal implementadas de enfrentamento da crise socioeconômica resultante, que não se somam às

ações de solidariedade das organizações sociais, pois não confia e não possui aí relações de proximidade. Assim, joga toda a responsabilidade das medidas impopulares nas costas de prefeitos e governadores, para salvar sua imagem, ao mesmo tempo em que procura, em meio a uma situação social instável, criar um clima de confronto com a democracia. Essa nova ameaça tem recebido pronta reação da sociedade brasileira, que, de diferentes lugares políticos e sociais, tem respondido, mesmo sem poder lotar as ruas, devido à necessidade de isolamento social, que essa "gripizinha" não irá vingar, pois o país não está sedado e deseja respirar ares de liberdade, sem ser "ventilado" por ninguém.
Essa reação se deu em meio a outra onda que, paralelamente à COVID-19, também gerou um fenômeno planetário: a luta anti-racismo. O assassinato do afro-americano George Floyd, por um policial branco, asfixiado sob o seu joelho, repetindo uma cena que o mundo todo já havia assistido muitas vezes, explodiu em vozes que gritavam, por todos os continentes: "vidas negras importam!". A cor da pele, os traços físicos, continuam sendo uma referência persistente para que os seres humanos considerem uns aos outros, desde que a Europa se arvorou a conquistar toda a Terra. Essa "endemia" resiste às lutas sociais, que diferentes povos e comunidades realizam mundo afora, repetindo o seu direito de respirar livremente, como reivindicava George Floyd.

Essa é uma doença que já fez muito mais vítimas do que a COVID-19, cujo grupo de risco principal são os negros, marcados por séculos de escravidão, sobretudo nas Américas. Ela se manifesta em casos graves de violência policial, ou nas ofensas abertas, que as vítimas e a mídia, cada vez mais, denunciam, mas pode parecer quase assintomática no cotidiano de muitas sociedades, como a nossa. O racismo, esse inimigo invisível, como o Coronavírus, ataca, não os pulmões, mas os nossos corações e mentes, desde a nossa infância. Reconhecemos os nossos traços culturais específicos de origens européias (portugueses, italianos, alemães e outros), ou mesmo asiáticas (sobretudo sírio-libanesas e japonesas), mas não identificamos os legados indígenas e africanos. Não sabemos, sequer reconhecer suas diferenças internas, ou mesmo nomear os povos que se escondem sobre essas generalizações colonialistas. Aqui e ali, aparecem sinais que expressam a sua presença no nosso dia a dia, como no nome de times de futebol: Guarani, Tupi e outros; ou manifestações culturais, como Capoeira de Angola, ou dançantes de Moçambique, ou nomes de lugares, que os identificam: quantas são as localidades, em Minas e no Brasil, que têm o nome histórico de "Quilombo"?.

Datam, pelo menos desde 2003, as iniciativas legais que determinam a inclusão, no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, da obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (Lei no 10.639/2003) e também indígena (Lei 11.645/2008). No entanto, os processos de formação inicial e continuada dos professores não têm permitido que essas iniciativas se tornem realidade para expressivas parcelas das escolas do Brasil. Assim, ao contrário da COVID-19, já temos uma "vacina" para endemia do racimo, mas os "postos" e "planos de saúde" não estão aparelhados para aplicá-la: qual seria a razão? A "doença" parece ser mais forte que a própria "vacina".

A pandemia e a endemia vão buscar soluções terapêuticas na mesma fonte, a solidariedade social, a organização dos movimentos populares, a voz vibrante das ruas, tantas vezes sufocadas, mas também, nas pequenas ações cotidianas de reafirmação da responsabilidade individual pela nossa "saúde pública". Dizer não ao racismo tem que ser, cada vez mais, o nosso "novo normal" e deve ser mais perene que o hábito de usar máscara ou lavar cuidadosamente as mãos com água e sabão. Também tem que ser uma política pública de Estado e não apenas de governos, tem que merecer atenção e ações que cuidem da nossa "saúde coletiva", que vai muito além de eventuais planos emergenciais de enfrentamento de pandemias. Não podemos aceitar uma "segunda onda" desse "vírus" opressor: as conquistas, como as cotas, vieram para ficar e não podem sofrer ataques, quando têm representado tão importantes avanços sociais. Os movimentos negros e a sociedade em geral precisam exercer uma constante "vigilância sanitária" para impedir retrocessos, seja na luta anti-racismo, seja na democracia. Nesse sentido, o primeiro semestre de 2020 está, definitivamente, marcado tanto por uma reflexão sobre como somos individualistas e pouco compreendemos de solidariedade humana, mas também pelas manifestações de resistência coletiva planetária, que dizem "não" àqueles que pretendem nos sufocar endemicamente.

*Ricardo Ferreira Ribeiro - Cientista Social, mestre em Sociologia e Doutor em Agricultura e Sociedade - Coordenador Técnico do Projeto Paraopeba -PUC Minas

Cedefes aderiu à mobilização nas redes sociais, em junho de 2020, e levantou sua Bandeira Antifascista!.

Nossa bandeira antifascista é em função dos atos de desgoverno do presidente Bolsonaro e de seus apoiadores com pedidos antidemocráticos de intervenção militar, fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso; e, também, em referência aos protestos protagonizados nos EUA contra a morte de George Floyd, homem preto norte-americano morto por um policial branco durante operação em Minneapolis, tal como acontece com milhares de "George Floyd" assassinados diariamente no Brasil. CHEGA!

Somos Antifascistas e Antirracistas, sempre!

Essa flâmula foi elaborada por Poliana Melo, arte gráfica, e gentilmente cedida ao Cedefes. Obrigada Poliana, lindo trabalho!

Equipe Cedefes mantém trabalhos à distância, durante pandemia de COVID-19

Devido a pandemia de coronavírus e a necessidade de distanciamento social para diminuir seu impacto, a equipe do Cedefes, por decisão da diretoria, mantém os trabalhos à distância desde abril 2020, até o fim da quarentena definida pelas autoridades locais.

Nesse sentido, no dia 16/04/2020, a equipe fez sua primeira reunião online, utilizando o aplicativo Jitsi Meet, para traçar estratégias de trabalho via remoto (foto 1). Participaram da reunião Rosana Avelar, Sara Deolinda, Tiago Geisler, Leda Castro, Jorge Luiz Andrade, Regina Campos, Ana Paula Oliveira, Luci Espechit, Luiz Domingos e Jesus Rosário.

A partir de então, as reuniões da Diretoria e Equipe tem acontecido assiduamente (foto 2), de modo remoto e sempre utilizando aplicativos gratuitos para webconferência.

A continuidade das atividades em tempos de pandemia é desafiadora mas também um processo de RESISTÊNCIA!. Por isso, estamos nos organizando e reinventando caminhos alternativos para continuar a caminhada e a execução das atividades de apoio que são possíveis nesse momento.

Foto 1: Primeira reunião online de Diretoria e Equipe Cedefes, no dia 16/04/2020, para planejar estratégia de trabalho e atuação durante pandemia

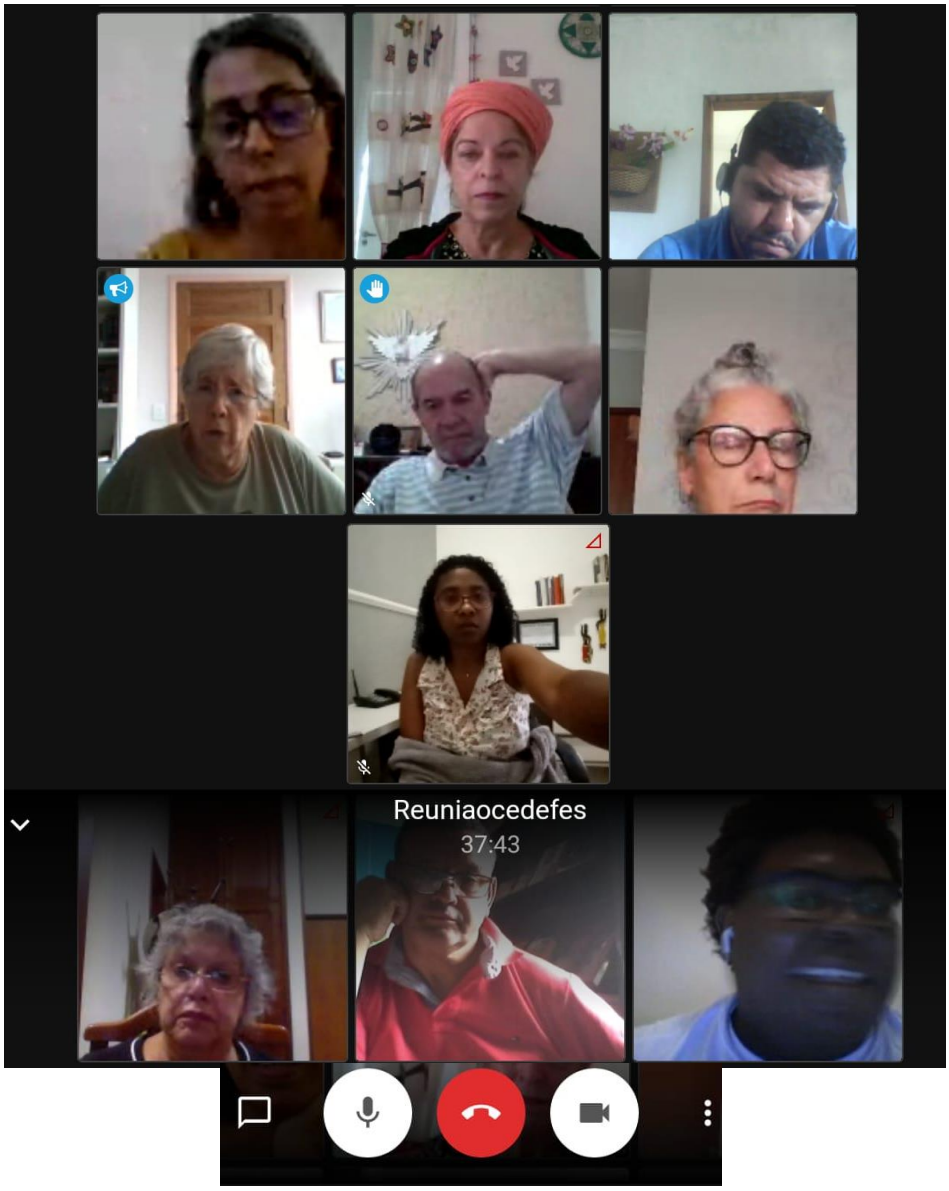
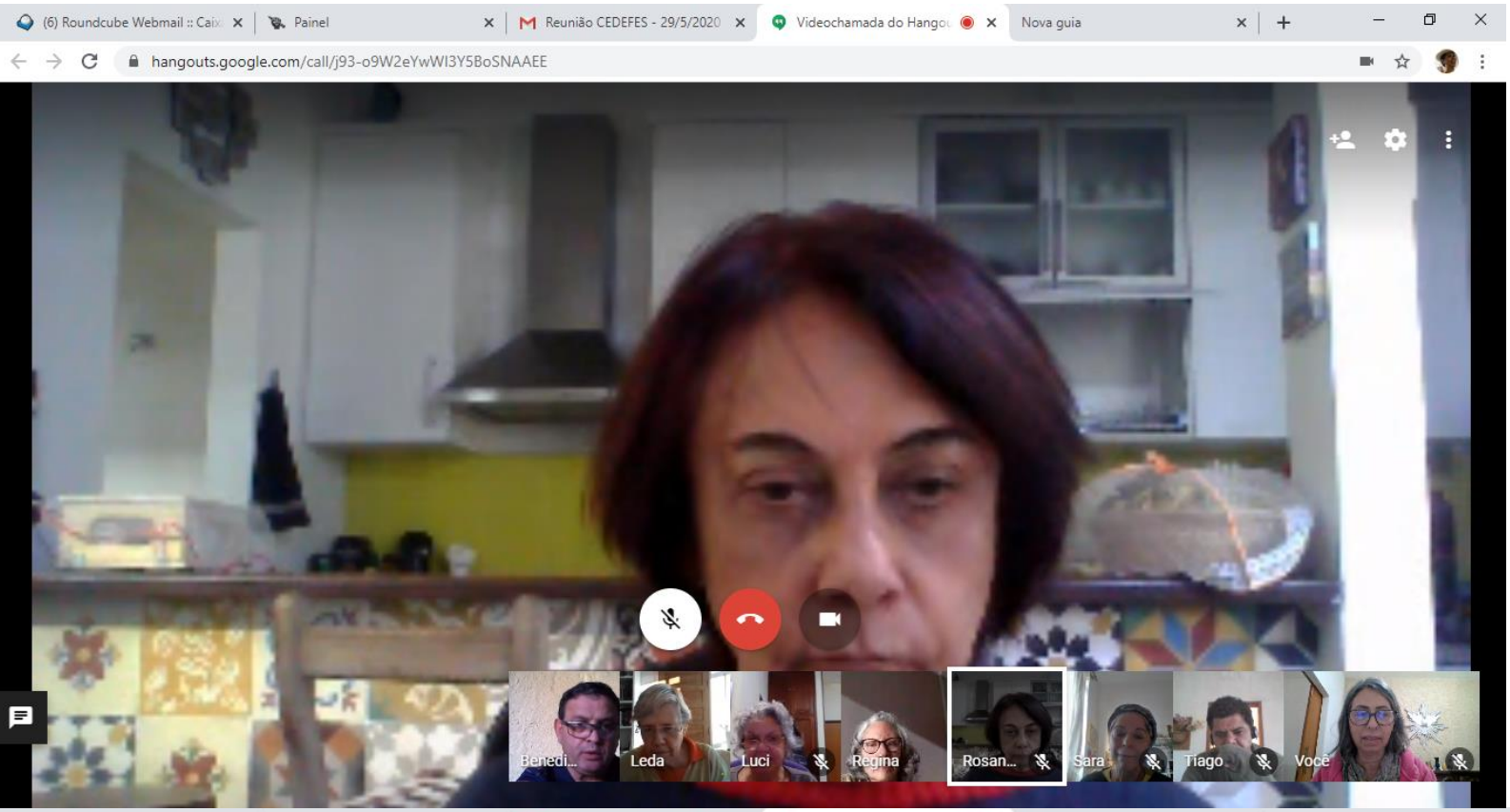


Foto 2: Reunião Online de Diretoria e Equipe do Projetos Apoio Institucional, Cidadania Quilombola e Quilombo Vivo, no dia Participantes: Leda Castro Benevello, Luci Espechit, Luiz Domingos, Regina Campos, Rosana Cristina Avelar, Tiago Geisler, Vanda Porto.



Primeira Live Cedefes: questão indígena em pauta

No dia 04/05/2020 o Cedefes transmitiu pelo Facebook sua primeira LIVE, na qual abordou a temática indígena - evento da nossa programação anual "Abril Indígena". Teve duração de aproximadamente 1h:30min e, dentre os temas, foram discutidos a real possibilidade de um novo genocídio com a chegada da COVID-19 e o descaso do governo Bolsonaro; o crescimento de invasões nos territórios indígenas; desmatamento; o avanço da mineração e do agronegócio; destruição e contaminação de fontes de água e o aumento de assassinatos de lideranças. Participaram da conversa a indígena Adana Kambeba, acadêmica de medicina na UFMG, educadora bilíngue e pesquisadora dos elementos identitários culturais do seu povo, atriz e cantora; José Augusto Sampaio, antropólogo e membro da ONG Anaí, Pablo Matos, Historiador, Indigenista e membro do Cedefes; Gilvander Moreira da Comissão Pastoral da Terra-CPT/MG e Alenice Baeta, arqueóloga e membro do Cedefes.
Frei Gilvander também conduziu tecnicamente a LIVE, nos ajudando a vencer os limites do campo tecnológico.

Clique aqui para assistir a LIVE, disponibilizada no canal do Facebook e Youtube CEDEFES!

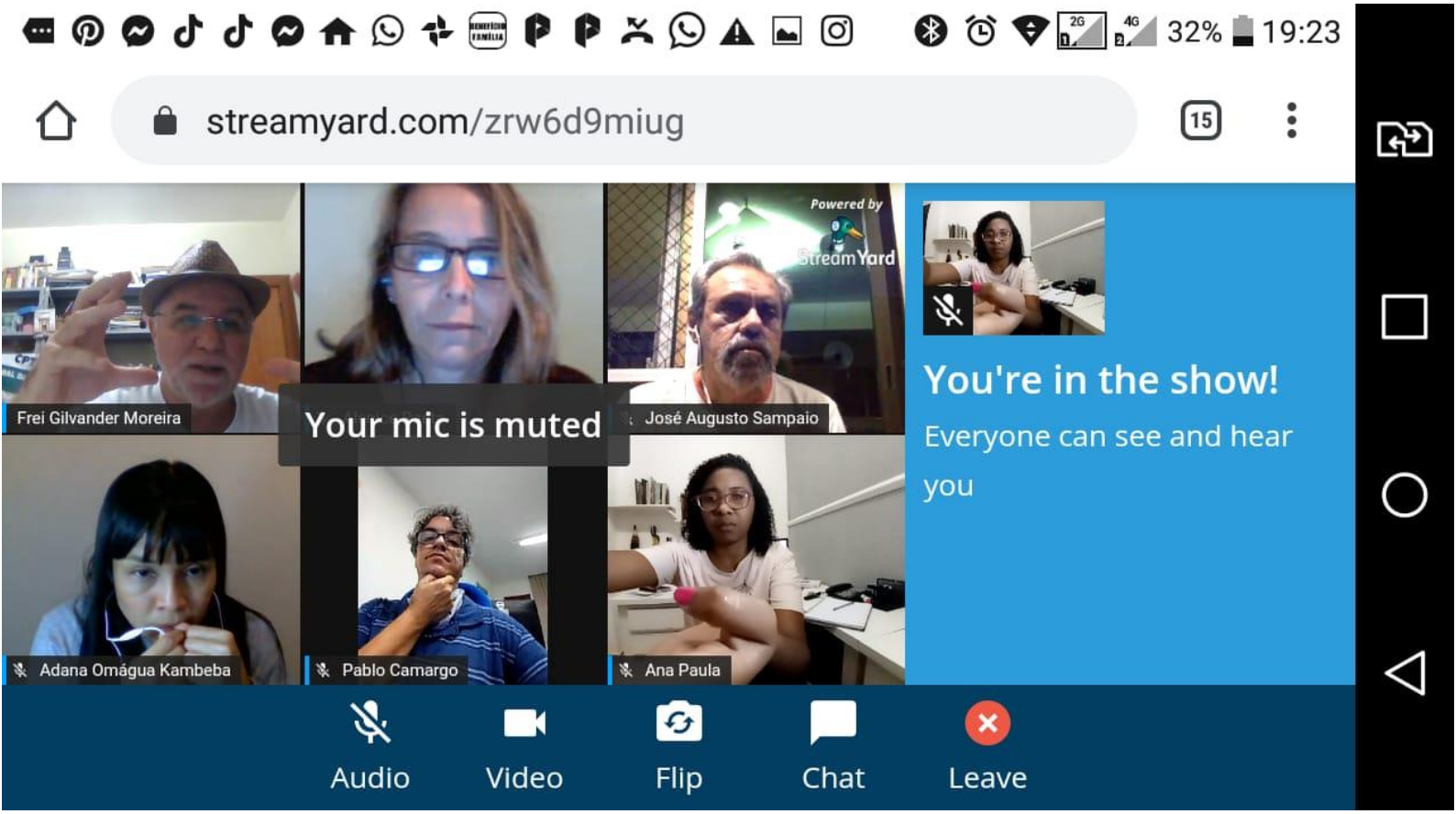


Imagem: Reunião virtual no dia 30/04/2020 para preparação da Live Indígena.

Riscos de contaminação por COVID-19 de ciganos abarracados em grandes cidades

Em vídeo publicado no dia 16/04/2020, Alenice Baeta, Arqueóloga e Antropóloga, associada Cedefes, alerta para os riscos de contaminação pelo novo coronavírus COVID-19 de comunidades ciganas, importante categoria de povo tradicional, em especial, as que vivem abarracadas em grandes cidades. Muito importante que se estabeleça uma política de regularização fundiária de seus territórios, juntamente com programas de saneamento básico, incluindo a despoluição dos terrenos onde se encontram os acampamentos, além de políticas sociais que atendam às necessidades específicas ciganas nas áreas da saúde, educação e segurança pública.

Clique aqui para assistir o vídeo, disponibilizado no canal do Youtube Cedefes!

Atuação do Conepir junto as comunidades tradicionais em tempos de pandemia

Diante da maior crise epidemiológica de âmbito global do século XXI, imposta pelo advento da pandemia do novo coronavírus, as exclusões, vulnerabilidades sociais e diferenças pautadas pela questão socioeconômica têm se colocado em destaque, uma vez que tornou-se praticamente impossível negligenciar a fome, o aumento das desigualdades e a existência de uma necropolítica em nosso país. Nesse contexto, os povos e comunidades tradicionais, composta por mais de trinta segmentos de grupos etnicamente diferenciados e/ou que possuem formas próprias de reprodução sociocultural, se apresentam sob a categoria dos mais vulneráveis.

Apesar de sua relevância e incidência no estado de Minas Gerais - aos quais podemos citar os gerazeiros, os indígenas, vazanteiros, quilombolas, ciganos, dentre tantos outros – pouca relevância tem sido dada a estes povos, sobretudo no auxílio às demandas emergenciais. Não seria exagero afirmar que estes grupos possuem maior dificuldade de acesso à saúde de qualidade e a prevenção, uma vez que, por estarem, em sua maioria, localizados no interior, ainda não acessam serviços de saúde especializados, além da dificuldade de acesso à água potável, de transporte, comunicação, dentre outros fatores que acabam tornando-os ainda mais vulneráveis.

Nesse contexto, a sociedade civil organizada, bem como entidades representativas e de apoio a estes grupos têm se mobilizado nas mais diversas frentes, a fim de atender às demandas emergenciais destes grupos e de garantir seu acesso a direitos. Uma dessas frentes de âmbito estadual é a do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Conepir), composto por vários coletivos representativos dos povos e comunidades tradicionais, ao qual o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes) possui atuação.

As primeiras mobilizações do Conepir se centraram a partir das demandas apontadas pelos próprios conselheiros que, mediante interlocução junto aos segmentos representados, identificaram as principais demandas que o momento lhe impunha. Sendo assim, o auxílio por cestas básicas se apresentou enquanto principal demanda ainda na segunda quinzena de março, uma vez que o isolamento social culminou em algumas dificuldades que merecem destaque, tais como:

- Dificuldade de algumas famílias em receber o auxílio emergencial, aprovado pelo Governo Federal, uma vez que muitas famílias não estão inscritas no CadÚnico e/ou não aprovação do benefício por fatores diversos;
- Falta de escoamento da produção oriunda da agricultura familiar e fechamento das feiras livres municipais, principal espaço de comercialização e trocas das famílias do campo;
- Perda de postos de trabalho, sobretudo informais e de período sazonal, sendo esta uma das principais fontes de renda desses grupos, dada a falta de geração de renda e trabalho local;
- Fechamento das escolas, o que gera impactos diretos na segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes que tem na merenda escolar, muitas vezes, a principal fonte alimentícia.

É nesse quadro, que o Conepir iniciou um trabalho de interlocução junto ao governo do estado, sobretudo à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), responsável pela condução e implementação de políticas públicas voltadas ao público em questão.

Vale ressaltar que, seguindo os últimos governos, que não priorizaram as pautas relacionadas aos povos e comunidades tradicionais, que vão desde a falta de informações socioeconômicas até a não regularização de seus territórios, o diálogo com o governo atual também se faz incipiente. Além disso, o conselho, que deveria ser de caráter consultivo, tem invertido o fluxo de atuação, passando a fomentar espaços de diálogo junto ao poder público, o que deveria ser o contrário.

Nesse sentido, diversas reuniões remotas foram realizadas, algumas contando somente com os conselheiros e outras com convidados e representantes do poder público e de entidades de interesse, a fim de dialogar a implementação de ações emergenciais de atendimento aos povos e comunidades tradicionais. Com isso, foi criado um grupo de trabalho com enfoque nas discussões e condução de processos relacionados a cestas básicas.

No mês de maio, a SEDESE anunciou a doação de 5 mil cestas básicas para povos e comunidades tradicionais do estado, em parceria com a Defesa Civil. Contudo, o número de cestas disponibilizadas não eram suficientes para atender a demanda das famílias solicitantes, que chegaram ao número de 38 mil. Os critérios adotados pela secretaria também foram um ponto de questionamento do conselho, uma vez que os movimentos não foram previamente consultados sobre sua definição. Mesmo com todas as

divergências, a SEDESE adotou os seguintes critérios para a distribuição das 5 mil cestas:

1. Concentração e localização de povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade;
2. Presença de Batalhão de Polícia ou proximidade em até 150 quilômetros de distância de um Batalhão; Demanda por mais de 100 cestas básicas, a fim de possibilitar logística de distribuição desse material.
3. A distribuição das cestas, que contou com o apoio das prefeituras municipais, foram executadas de forma distinta em cada região, o que gerou inúmeros questionamentos por parte da sociedade civil, denúncias por parte das lideranças e problemas diversos com sua distribuição.

A distribuição das cestas, que contou com o apoio das prefeituras municipais, foram executadas de forma distinta em cada região, o que gerou inúmeros questionamentos por parte da sociedade civil, denúncias por parte das lideranças e problemas diversos com sua distribuição.

Mais recentemente, a SEDESE firmou uma parceria junto à Cruz Vermelha que, mediante captação de cestas básicas doadas pela sociedade civil, que vai repassar aos povos e comunidades tradicionais mediante cadastramento. Segundo a própria secretaria, a doação prevê as seguintes definições:

> Os donativos serão direcionados para diversos públicos, todos eles (com devido registro) identificados através do Cadastro Único de Assistência Social (Cadúnico) do Governo Federal e demais cadastros oficiais. São eles: pessoas na faixa de extrema pobreza, e que não tenham recebido o auxílio emergencial do Governo; pessoas idosas em situação de extrema pobreza; povos e comunidades tradicionais; catadores de material reciclável; jovens na faixa de pobreza que não foram atendidos pelo Bolsa Merenda, além de entidades que atendam população em situação de rua.

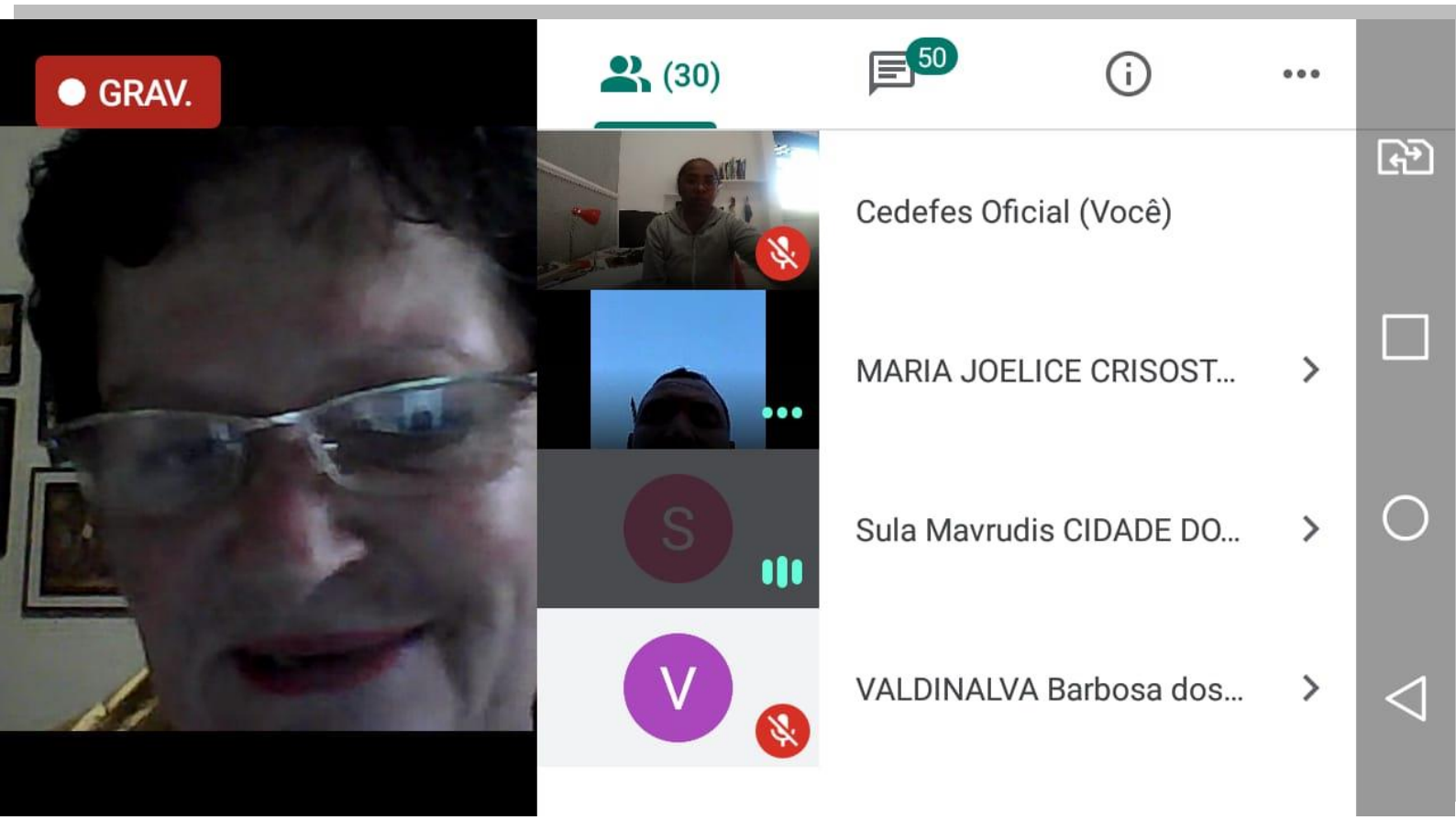


Imagem: Reunião Plenária Ordinária do Colegiado do Conepir, em 27/05/2020, feita por webconferência, no qual o Cedefes esteve presente. O Conepir adotou o teletrabalho como medida de contenção da pandemia afim de não paralisar importantes ações do Conselho.

As doações serão efetivadas mediante assinatura de termo de doação a ser firmado entre a SEDESE e as prefeituras municipais. Os movimentos sociais representados, bem como o Conepir, farão o acompanhamento da distribuição das cestas em cada segmento.

A partir da constatação de uma emergência relacionada à alimentação das famílias que compõem o segmento dos povos e comunidades tradicionais, todo o foco no que tange à assistência desses grupos no contexto da pandemia tem se restringido a distribuição de alimentos e produtos de higienização. Contudo, Minas Gerais não tem adotado nenhum plano de atendimento, de prevenção, nem de notificação dos casos de Covid-19 junto a estes povos, o que tem sido feito pelos movimentos sociais.

Sendo assim, há de se estruturar um plano de ações pós pandemia e de propor ações que visem minimizar os impactos socioeconômicos que já veem impactando essas famílias, uma vez que já existem inúmeras dificuldades locais de atendimento e de geração e distribuição de renda.

CONFIRA AS NOTAS DE REPÚDIO EMITIDAS PELO CEDEFES
entre abril a junho 2020:

08/05/2020

Carta aberta em defesa da vida e contra a mineração em Ibirité (MG)

Nós do Movimento Serra Sempre Viva e outros movimentos e organizações, abaixo assinados, viemos denunciar, por meio desta carta, as barbáries ambientais que o município de Ibirité, MG, tem sofrido. Desde de 2017, a mineradora Santa Paulina tenta reativar sua cratera localizada na zona de amortecimento da Serra do Rola Moça no município de Ibirité [Leia mais...]

16/05/2020

Carta aberta dos Povos Ciganos dirigida á Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade

Povos Ciganos denunciam violação de seus direitos em carta aberta dirigida à Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial; Ministério da [Leia mais...]

25/05/2020

Nota do Cedefes sobre o "Parecer Antidemarcação" ou "Parecer do Genocídio" em pauta no STF

Os ministros do Supremo Tribunal Federal – STF vão decidir entre os dias 22 e 28 de Maio de 2020, se mantém a suspensão do Parecer 001/2017 da AGU, conhecido como "Parecer Antidemarcação". Trata-se de um julgamento histórico que terá consequências para todos os povos indígenas do Brasil. [Leia mais...]

25/05/2020

Entidades emitem nota rejeitando o PL 2.633/2020 por considerar que ele facilita a regularização de grilagem de terras e amplia problemas fundiários, ambientais e sociais no Brasil

Cerca de 100 entidades nacionais e regionais de diversos estados do Brasil assinam documento no qual denunciam que o Projeto de Lei 2.633/20, em tramitação no Congresso Nacional, traz um perigoso conjunto de medidas que se aprovadas vão facilitar a legalização de grilagem de terras, piorando enormemente o cenário de deterioração fundiária e ambiental em grandes áreas da União [Leia mais...]

28/05/2020

Injustiça socioambiental em plena pandemia no Vale das Cancelas. Vale do Jequitinhonha/ MG.

URGENTE – Com autorização judicial confusa, PMMG faz imissão de posse em território tradicional em plena Pandemia. Mantiqueira criminaliza e [Leia mais...]

29/05/2020

Neste período de pandemia, a mineração tem que parar! A vida é essencial, a mineração não!

No dia 28 de março de 2020, contrariando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde - OMS, o Ministro de Minas e Energia [Leia mais...]

15/06/2020

Nota de Pesar pelo incêndio em Reserva Técnica do Museu de História Natural da UFMG em Belo Horizonte, MG

O Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva- Cedefes manifesta o seu pesar e desolamento diante do incêndio ocorrido no dia 15 de junho de [Leia mais...]

Software livre

O Cedefes tem pesquisado junto aos sócios e a profissionais de tecnologia da informação, os custos e benefícios de substituir o uso de softwares proprietários para softwares livres, nos computadores da entidade.

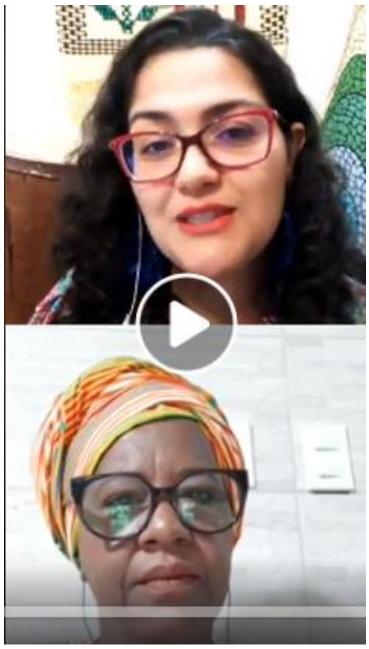
Apesar de populares e de fácil manuseio, os softwares proprietários têm um custo oneroso e com importante impacto no recurso financeiro de organizações similares ao Cedefes.

Atualmente, estamos buscando maiores informações sobre a troca do office Windows para Libre Office.

Redemoinho de histórias floresceu e virou Coletivo!

E não é que o projeto Redemoinho de histórias fincou raízes, floresceu e virou um lindo pé de coisas bonitas!
Lupri do Carmo, integrante do Redemoinho de Histórias e associada Cedefes explica que o Redemoinho de Histórias é um projeto de contação de histórias, com contadores que se reuniram em situação de pandemia e que, agora, tem trabalhado com histórias reais, histórias de vida voltada pra uma visibilidade da causa quilombola, da causa indígena e outras temáticas sociais.
O projeto nasceu em março de 2020 e continua cada vez mais forte. "A ideia era fazer um evento, porém, a força do Redemoinho de Histórias nos rodopiou e nos tornamos um Coletivo de Contadores de Histórias" Lupri do Carmo.

Acompanhe o Redemoinho de Histórias:
Pelo Instagram – Clique aqui
Pelo Facebook – Clique aqui



Clique aqui para assistir a Live da Conversa de Lupri com Makota Kidoiale, do Quilombo Manzo Kaiango. Outras lives estão disponíveis no canal do Redemoinho de Histórias.

Imagem: Instagram Redemoinho de Histórias

Artigos publicados por Alenice Baeta

Entre abril e junho de 2020, Alenice Baeta, associada do Cedefes, publicou importantes textos e artigos de relevante temática social, todos disponíveis no site Cedefes.

O Artigo "Contaminação e Guerra de extermínio contra os Povos Indígenas – pestes, armas biológicas e o COVID-19" foi, inclusive, base para a primeira live do Cedefes, transmitida via facebook no dia 04/05/2020.

16/04/2020
Artigo: Contaminação e Guerra de Extermínio contra os Povos Indígenas – pestes, armas biológicas e o COVID-19
Ilustração de nativos com varíola, extraída da obra original: SAHAGÚN, Bernardino. "História General de las Cosas de Nueva Espana", Códice Florentino (séc. XVI). Biblioteca Digital Mundial. O fenômeno global do novo coronavírus, que causa a doença COVID-19, coloca em pauta a importância de se conhecer e de refletir sobre a história da imunologia dos diferentes {leia mais…}

21/04/2020
Sacrifício de Cavernas em prol de uma economia macabra e aniquiladora. Chega!
A Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) fez importante alerta e denúncia por meio de uma petição (Cf. Link abaixo, em nota[2]), que está sendo organizada nos bastidores do Ministério das Minas e Energia uma alteração na legislação nacional de proteção às cavernas, de forma a permitir impactos irreversíveis em cavernas consideradas de "máxima relevância", {leia mais…}

22/05/2020
ARTIGO I Caos à vista: ameaças de escassez hídrica e à agricultura familiar na Serra do Rola Moça em Ibirité e na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), MG
A região da Serra do Rola Moça, que separa as águas dos vales do rio das Velhas e do rio Paraopeba, possui uma importante categoria de Comunidade Tradicional: os agricultores familiares – fruto da riqueza histórica, do árduo trabalho e da complexidade cultural excepcional de seus habitantes. Antes da chegada dos invasores europeus no final {leia mais…}

08/06/2020
Horta Comunitária substituindo áreas degradadas e abandonadas nas Cidades
Foto: Horta e jardinagem comunitária na beira de rodovia no município de Sarzedo-MG. Alenice Baeta 05/06/2020. Passando pela rodovia MG-40, onde se situa o bairro Santa Rosa, município de Sarzedo, que faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), MG, pode ser notada às margens da mesma uma iniciativa muito benéfica e exemplar de {leia mais…}

Projetos em curso 2020

Financiador	Projeto	Objetivo	Duração
MISEREOR	"Cidadania Quilombola: resistência e preservação das comunidades de quilombos do Estado de Minais Gerais"	Apoiar as comunidades quilombolas de Minas Gerais no fortalecimento de sua resistência às ameaças a sua sobrevivência, na defesa da sua preservação e da continuidade como grupos identitários, territoriais e culturais de nossa sociedade diante de uma conjuntura nacional extremamente adversa.	01/01/2020 a 31/07/2023
KMB KatholischeMännerbewegung	Apoio Institucional	Apoio à infraestrutura e pagamento do técnico administrativo	02/2020 a 01/2021
MZF – Missionszentrale der Franziskaner	Cidadania e Direitos Sociais: Informação como ferramenta de luta das Comunidades Tradicionais de Minas Gerais	Objetiva a manutenção da memória dessas comunidades e a contribuição na divulgação de suas lutas, através da atualização técnica das mídias de comunicação do Cedefes, garantindo a excelência desses canais. Atividades Propostas: -Atualização Técnica e melhoramento de layout do Boletim Cedefes; -Atualização Técnica e de linguagem de programação do sitio do Cedefes na internet: www.cedefes.org.br; -Finalização e disponibilização do Banco de Imagens no sítio Cedefes; -Aquisição de acervo. -Aquisição de móveis de biblioteca/arquivo e equipamentos de informática para preservação do acervo;	01/2018 a 12/2020
Recursos provenientes da Ação Civil Pública nº 0175.09.013968-4, da Comarca de Conceição do Mato Dentro, conforme deliberação expedida em Ata e Audiência, em 25 de julho de 2019, da Comissão de Seleção e Acompanhamento de Projetos do PROAP – Central, Programa de Apoio a Projetos da Região Central, programa instituído pela Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG.	Projeto Quilombo Vivo: apoio e fortalecimento dos quilombolas do Serro – Minas Gerais	Promover a sustentabilidade territorial, a defesa dos direitos específicos e a melhoria das condições de trabalho e renda das comunidades quilombolas do município do Serro, região do Médio Espinhaço, em Minas Gerais, considerando as especificidades ambientais, culturais, históricas e étnicas que apresentam, de forma a garantir a permanência dos seus moradores em seus territórios originários.	10/2019 a 02/2023

O Projeto Quilombo Vivo, com atuação junto às comunidades quilombolas do município de Serro/MG, é executado pelo Cedefes, em parceria com a PUC Minas e com a Federação N'Golo. O objetivo geral desse projeto é promover a defesa dos direitos e a melhoria das condições de trabalho e renda dos quilombolas, de modo que possam permanecer de forma digna nos seus territórios.
Como todos os projetos sociais, o Projeto Quilombo Vivo teve seu curso abruptamente interrompido pela pandemia por Covid 19.

O Comitê Gestor, que integra representantes das comunidades quilombolas e entidades parceiras, em sua primeira reunião no dia 14 de março, projetou vários desdobramentos voltados à implementação do projeto, especialmente do Fundo Quilombo Solidário. Este Fundo destinado a financiar projetos propostos pelas comunidades quilombolas do município de Serro teria seu 1º Edital publicado no final do mês de abril.

Não se passaram 10 dias daquela reunião, e todas as atividades programadas junto às comunidades – visitas, reuniões, oficinas, diagnósticos sócio participativos – foram suspensas. O foco, ainda difuso, se voltou às alternativas para seguir em frente, de modo a resguardar as comunidades, e a todos, da contaminação e transmissão do coronavirus, sempre seguindo a orientação das autoridades sanitárias e de acordo com os decretos municipal e estadual.

Somente aos poucos, o despertar para a gravidade do contexto, entre informações nem sempre conexas e, sobretudo, com todas as incertezas, passamos a reorientar as atividades. Aquelas voltadas ao apoio necessário ao desempenho das atividades essenciais ou atividades-fim, facilmente foram deslocadas no cronograma como a projetar uma compensação de tempos e a preparação necessária para a retomada de uma suposta normalidade. Assim, passaram a figurar com destaque os levantamentos de informações sobre as comunidades via fontes secundárias, análises de dados geoespaciais, os trabalhos de organização de documentos, do acervo fotográfico, a elaboração de materiais pedagógicos e as interlocuções remotas entre os integrantes da equipe, lideranças quilombolas, entidades parceiras, atores sociais e gestores públicos.
O foco dirigido às comunidades fez sobressair a segurança alimentar, os cuidados com a saúde e os procedimentos de prevenção contra o coronavirus, como questões emergenciais que se tornaram permanentes, desafiando a todos que atuam e se comprometem com o bem estar e vida digna das comunidades, seus moradores, lideranças e apoiadores.

O Cedefes, na qualidade de apoiador das comunidades quilombolas, tem mantido contato permanente com moradores e lideranças das comunidades na perspectiva do seu fortalecimento para enfrentar a pandemia e, atuado na mediação com os órgãos públicos, visando a efetivação de medidas emergenciais e o apoio de que necessitam.

Por outro lado, os esforços para adequar as atividades do Projeto ao contexto que suprime as atividades presenciais e restringe o acesso às comunidades, evidencia dimensões da exclusão social que limitam a efetividade das formas remotas de participação. A experiência do Comitê Gestor testemunha os desafios para sustentar o processo participativo que é a mola mestra do Projeto que visa a garantia dos direitos quilombolas, condições dignas de vida e sustentabilidade de seus territórios.

O aprendizado, agora mais intenso, revela que a participação não se efetiva apenas com o compromisso de cada um, mas de uns com os outros, pautado pelo cuidado e solidariedade e o empenho de cada integrante para que todos e todas, de fato, constituam um coletivo. A comunicação por telefone, o compartilhamento e debate de propostas por WhatsApp, esbarram em obstáculos, só superados com o espírito de coletividade capaz de encontrar alternativas e romper barreiras, com os procedimentos de proteção que o contexto requer. Desse modo, fazer chegar aos companheiros e companheiras as formulações e ideias, coletar suas opiniões, inventar formas de interação possíveis e alternativas para seguir em frente, tem sido o exercício que sustenta o Comitê Gestor. Com todas as incertezas, o sentimento de que essa fase passará tem sido nutrido a cada dia, e o Projeto, que já não será o mesmo, alcançará seus objetivos.

A partir de abril de 2020

Continuidade das atividades via remoto

As atividades presenciais do Cedefes ficam suspensas durante período de distanciamento social, no entanto, continuam sendo executadas tanto quanto possíveis via remoto, utilizando programas de webconferência e assíduas entre Diretoria e/ ou Equipe de trabalho

O CEDEFES está nas redes sociais: Facebook, Instagram e Youtube!

Todos os dias informação cuidadosamente selecionada pra você, com o objetivo de mostrar a realidade dos movimentos populares, sua luta e ações pela efetivação de direitos, especialmente os Povos Indígenas, Quilombolas, Ciganos e demais comunidades tradicionais de Minas Gerais, Também entram em nossa pauta as questões relacionadas a agricultura familiar, trabalhadoras e trabalhadores do campo, saberes, cultura, divulgação de eventos e claro, afeto!

Se você não nos conhece, fazemos o convite para que nos siga! Você que nos segue, convide amigos para que também possam fazer parte desta rede de saberes e resistência! Sim, somos uma rede! Rede de Amigos do Cedefes! E vocês fazem parte... temos muita alegria e gratidão por isso!

Facebook
Clique aqui
para acessar

Instagram
Clique aqui
para acessar

Youtube
Clique aqui
para acessar

Faça uma visita ao nosso SITE

WWW.CEDEFES.ORG.BR

DURANTE O PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL, O SITE CEDEFES CONTINUARÁ SENDO ATUALIZADO DIARIAMENTE !

Entre no site e acompanhe as ações de solidariedade durante o distanciamento social em prol da sobrevivência de grupos sociais em vulnerabilidade. Criamos um canal exclusivo sobre o COVID-19, com informações e apoio às comunidades quilombolas, indígenas e do campo.

ALERTA CORONAVÍRUS :

Cedefes sistematizou as principais plataformas online para monitorar o COVID-19 em comunidades tradicionais. Clique abaixo:

INDÍGENAS

QUILOMBOLAS

CIGANOS

BRASIL

Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

Rua Demétrio Ribeiro, 195, Bairro Vera Cruz,
Belo Horizonte/MG - CEP : 30.285-680,
Tel: (31) 3224-7659
Cel (31) 98647-4821
E-mail: cedefes@cedefes.org.br
Site: www.cedefes.org.br

EXPEDIENTE DESSA EDIÇÃO:

Redação: Ana Paula de Oliveira, Rosana Cristina de Avelar, Ricardo Ferreira Ribeiro, Sara Deolinda Pimenta, Luci Espeschit, Agda Marina.
Revisão e Diagramação: Ana Paula de Oliveira

PARCEIROS:

katholische Männerbewegung KMB

missionszentrale der franziskaner

Dreikönigsaktion

MISEREOR DAS HILFSWERK